

A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA SOCIEDADE LIMITADA E SUA APLICAÇÃO NOS TRIBUNAIS

As pessoas jurídicas, assim como as pessoas naturais, são dotadas de capacidade e de personalidade. A capacidade surge com o nascimento da sociedade a partir do acordo de vontades entre os sócios. No entanto, a personalidade será reconhecida apenas após o devido registro no órgão competente. A existência da personalidade da sociedade gera tanto direitos, como deveres, tendo como consequências importantíssimas: a possibilidade de negociar em nome da própria sociedade; poder ser demandada e demandar em juízo; e a existência de seu próprio patrimônio, inconfundível e incomunicável com o patrimônio de seus sócios. Desta última consequência decorre a limitação da responsabilidade, fazendo com que as dívidas da sociedade não se transfiram aos sócios, sendo apenas resolvidas com a utilização do patrimônio da empresa. Na sociedade limitada todos os sócios têm a responsabilidade limitada aos valores que cada um integralizou, ou seja, o valor que cada sócio tirou de seu patrimônio para integrar o patrimônio da sociedade é o limite. Por este motivo a sociedade limitada é tão utilizada nos dias de hoje, pois o sócio corre o risco, que é eminente ao negócio, apenas com relação ao valor que quiser que faça parte da sociedade.

Porém sendo esse um direito não absoluto surge, primeiramente nos tribunais, e posteriormente como previsão normativa no Código Civil de 2002, no Código de Defesa do Consumidor, e outras, a fim de inibir a utilização ilegal do direito de limitação da responsabilidade para o enriquecimento de seus próprios patrimônios em detrimento do da sociedade e de seus credores, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, que faz com que seus sócios respondam de forma ilimitada no caso de virem a praticar fraude ou abuso de direito. A fraude consiste na prática de ato ilícito que venha a dificultar que os credores cobrem a dívida da sociedade, como o ato fechar as portas da sociedade sem seguir o trâmite correto e determinado em lei, por exemplo. Já o abuso de direito diz respeito à prática de atos totalmente legais, mas que tenham o intuito de se aproveitar da sistemática e da própria limitação da responsabilidade. Já é pacífico, que comprovado isso, há a

desconsideração da personalidade, contudo tem-se encontrado nos tribunais uma dificuldade muito grande em caracterizar a fraude ou o abuso de direito, principalmente neste, visto que não há a prática de nenhum ato ilegal.

Sendo a desconsideração da personalidade jurídica uma exceção, a jurisprudência entende que para a sua utilização deve haver cautela por parte do magistrado, todavia o que se percebe é que essa cautela é excessiva e acaba fazendo com que seja dificultoso convencer o magistrado da existência dos requisitos necessários à aplicação da teoria. Como a lei não determina ao certo o que vem a caracterizar abuso de direito e fraude, ficam então os tribunais no campo subjetivo, e mesmo havendo provas a respeito, acabam as entendendo como insuficientes à comprovação. Precisa-se para uma melhor aplicação dessa exceção que protege até mesmo a economia do país, que haja maior bom senso por parte dos tribunais, posto que o direito dos credores nessas situações específicas, não seja barrado por falta de um entendimento regular ou de uma normatização mais eficiente. Na busca jurisprudencial encontram-se casos e mais casos em que foram cometidos abusos de direito e fraude, mas que os tribunais entenderam ter provas insuficientes para declarar a despersonalização da sociedade.

REFERÊNCIAS:

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo de instrumento Nº 1.0024.05.781611-8/001 - Desconsideração da Personalidade Jurídica - ausência de provas - meras suposições - inaplicabilidade. Requerente LA ROMANINA LTDA. Relator: Desembargador Pereira da Silva, Belo Horizonte, MG, 10 de outubro de 2006. *site*: <http://www.tjmg.jus.br/> acesso em 01 de nov. 2009.

REQUIÃO, Rubens. . **Curso de direito comercial**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 2 v.

COELHO, Fábio Ulhoa. . **Manual de Direito Comercial**. 14. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Saraiva, 2003.

BERTOLDI, Marcelo M. **Curso avançado de direito comercial: teoria geral do direito comercial, direito societário**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. 2 v.